



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO PREFEITO**

**JUSTIFICATIVA**

Essa Egrégia Corte de Contas, publicou em 10/12/2020 a Instrução Normativa TC nº. 068/2020, a qual estabelece critérios para a composição, organização e apresentação, por meio eletrônico, das prestações de contas anual e mensal, detalha o conteúdo dos relatórios, das demais remessas de dados, informações e demonstrativos que deverão ser encaminhados pelos gestores das unidades da Administração Pública e pelos demais responsáveis por bens e valores públicos, no âmbito estadual e municipal, estabelecendo na supracitada norma, que a PCA de chefe de Poder Executivo municipal e demais Ordenadores será realizada de acordo com as disposições contidas no Anexo III.

Verificou-se que, no anexo III da nova Instrução Normativa, o TCE/ES realizou várias alterações em relação à IN 43/2017, dentre elas, incluiu no rol de documentos, o arquivo JUSTCRO – Justificativas da autoridade competente evidenciando as relevantes razões de interesse público para todos os pagamentos que observaram a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, para cada fonte diferenciada de recursos, acompanhadas de suas respectivas publicações no exercício.

Embora a exigência de observância da ordem cronológica das datas de suas exigibilidades trata-se de obrigação pretérita, instituída pela Lei 8666/93, no entanto, essa Corte de Contas incluiu no rol de documentos a serem enviados na PCA, somente em 10/12/2020, com a publicação da IN 068/2020.

Assim sendo, cumpre esclarecer que não foi possível verificar quais pagamentos descumpriram a ordem de exigibilidades no exercício, uma vez que, o sistema financeiro deste município, por falta de ato regulamentatório, não se encontrava parametrizado de forma a possibilitar tal controle.

Entretanto, importa frisar que a parametrização será realizada no exercício de 2023, em atendimento ao Decreto nº. 197/2021 que dispõe sobre os critérios para o cumprimento da ordem cronológica de exigibilidades das obrigações financeiras, regidas pelas leis Federais nº. 4.320/64 e nº. 8.666/93, no âmbito do Poder Executivo do município de Guarapari e dá outras providências.

**Edson Figueiredo Magalhães  
Prefeito Municipal**